

ASC XANC 78 SET 1987 Pg. 4

Sarney cobra apoio ministerial

Carlos Menandro



O presidente José Sarney desencadeia, a partir de hoje, a sua ofensiva final, mobilizando os ministros de Estado para que estes pressionem os parlamentares pela aprovação das teses defendidas pelo Governo na Assembléia Constituinte. Estas reuniões, sempre em pequenos grupos, serão feitas durante todo o fim de semana no Palácio da Alvorada. A de hoje está marcada para as 7h30, com a presença de sete ministros.

A lista dos convidados não foi confirmada. Em princípio, participam Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano, Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, Jorge Bornhausen, da Educação, além dos chamados ministros da Casa — Bayma Dennys, do Gabinete Militar, Ivan Mendes, do SNI, e Costa Couto, do Gabinete Civil. E possível ainda a presença do ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares.

Sarney fará uma avaliação do trabalho de cada ministro e pretende saber o que fizeram até agora em defesa das teses de interesse do Governo na Constituinte, principalmente, qual o apoio que estes colaboradores têm junto a seus partidos. Ele reafirmará a tese de que o Governo da Aliança Democrática tem necessidade de ser um Governo político, com base de sustentação dentro do Congresso Nacional. Quem não tiver este respaldo conta com o aviso-prévio de que não tem espaço na próxima reforma ministerial, conforme antecipou o **Jornal de Brasília** em sua edição de ontem.

Apelo

Na conversa com os ministros, Sarney vai reiterar o apelo feito durante a última reunião ministerial, quando o Presidente da República pediu a cada um de seus colaboradores que trabalhassem no sentido de ajudar o Governo junto à Assembléia Constituinte. Nem todos os ministros acataram a solicitação presidencial e Sarney quer saber até onde pode contar com sua ajuda. A cobrança visa principalmente aqueles que contam com recursos suficientes para fazer pressão.

Estas reuniões foram sugeridas pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA), que participou da escolha dos grupos. Sarney achou a proposta "interessante" porque já está convencido de que a questão de sistema de Governo será decidida em plenário, pelo voto dos constituintes.

Porta-voz pós seu cargo à disposição

Embora tenha negado com insistência, o secretário de Imprensa da Presidência da República, jornalista Frota Neto, chegou a pedir demissão ontem, por entender, segundo seus assessores, que tem sido desrespeitado dentro do Planalto, na sua atribuição de fornecer informações à imprensa em primeira mão.

Frota Neto teve um encontro pela manhã com o presidente Sarney, a quem teria colocado o cargo à disposição. Ficou definido, no entanto, que o porta-voz não se afastaria agora de suas funções, mas que já tem data marcada para deixar o cargo — janeiro — e até substituto indicado, Francisco Baker, atual coordenador de Comunicação Social do Ministério da Fazenda.

O atual porta-voz, que é doutorado em administração de empresas e possui larga experiência na área de Governo — foi secretário de Indústria e Comércio do Ceará — e no jornalismo de economia, muitas vezes tem discordado da orientação recebida do Planalto sobre questões econômicas, sobre as quais tem idéias próprias, nem sempre coincidentes com as dos ministros da área.

Seu grande companheiro no Governo para análises econômicas era o ministro do Planejamento, João Sayad.

No Palácio do Planalto, Frota queixa-se de que o Gabinete Civil não apenas atrasa a realização de todos os atos importantes, o que prejudica a divulgação e irrita o porta-voz, como também fornece, antes de Frota, para um grupo de jornalistas, informações que deveriam sair oficialmente da Secretaria de Imprensa.



Meneghelli (E) e Joaquinão criticam movimento sindical

Indefinição causa expectativa sobre pontos polêmicos

Com exceção da definição do papel das Forças Armadas, todos os pontos polêmicos do primeiro Substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral, entre eles sistema de Governo, reforma agrária e anistia, permaneciam inalterados até ontem, às sete horas da noite, por falta de consenso entre as lideranças da Constituinte. A informação é do senador José Ignácio (PMDB-ES), relator-auxiliar de Cabral, admitindo que mesmo a alteração na questão das Forças Armadas não resultou de um consenso entre as várias correntes e sim de uma adaptação "ao que é viável na Constituinte".

Sobre o Sistema de Governo o prognóstico do senador é de que não haverá consenso e por isso Cabral vai manter a menda parlamentarista do senador Afonso Arinos, deixando a decisão final para o plenário da Sistematização e da Constituinte. Ele informou ainda que o substitutivo novo está muito reduzido em relação ao atual, que tem 306 artigos e que a nova versão é muito melhorada em sua forma, mas o conteúdo permanece praticamente o mesmo. "Ideologicamente ele é a cara dessa Constituinte", ressaltou o senador, não explicando porém se isto significava uma posição de direita, centro ou esquerda.

Inovações

Em sua nova versão as Forças Armadas passam a destinar-se à garantia dos poderes constitucionais e a pedido de um destes à garantia da lei e da ordem, tese considerada satisfatória entre os militares, como ressaltou há alguns dias o ministro do Exército, general Leônidas Pires. Além desta

alteração, o projeto traz uma nova redação para o capítulo dos direitos individuais e sociais, além de algumas inovações, como a criação do crime inafiançável, imprescritível e com prisão fechada para o tráfico de entorpecentes.

José Ignácio desmente também a queda do artigo que veda a propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas e agrotóxicos e medicamentos, bem como a inclusão da jornada de 40 horas semanais de trabalho: "Até este momento a proibição de propaganda permanece e a jornada de trabalho continua a critério da legislação ordinária".

Entre os pontos polêmicos, o mais problemático, afora o sistema de Governo é a reforma agrária, na opinião do senador. Segundo ele a falta de consenso levará o relator a deixar o atual texto, considerado "radical de esquerda", por prever a imissão da posse da terra por decorso de prazo, caso o Judiciário não conceda liminar à União em 90 dias.

Também a anistia a partir de 1946, sem reintegração ou indenização por tempo de serviço, bem como o atual texto da estabilidade no emprego permanecem como estão na nova versão do Substitutivo. A aposentadoria foi mantida aos 35 anos para o homem e aos 30 anos para a mulher, contrariando declaração do próprio relator, que do plenário da Sistematização havia prometido reduzir em 5 anos o tempo de serviço para a aposentadoria. A idade mínima prevista para aposentar-se, no entanto, foi retirada, atendendo reivindicação dos constituintes ligados à área sindical.

Não haverá prorrogação

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luis Henrique, descartou ontem à noite, qualquer possibilidade de um novo adiamento na entrega do segundo substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Este prazo, segundo a secretaria da Comissão de Sistematização, se esgota à meia-noite de hoje, sendo que amanhã e domingo serão publicados e distribuídos os avulsos do novo substitutivo.

Durante todo o dia de ontem correu um "boato" no Congresso Nacional que o relator Bernardo Cabral teria solicitado a Ulysses Guimarães mais três dias de prazo para conclusão do seu segundo substitutivo, pois a tentativa de acordo entre as lideranças partidárias sobre o sistema de governo ainda não teria sido concretizado. "Só vi jornalistas comentando sobre este possível adiamento, hipótese que tenho certeza, jamais passou pela cabeça do relator", comentou o líder do PMDB.

Mas o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, foi mais enérgico, ao salientar que a

sua paciência para o acordo já havia se esgotado.

Prazos

Confirmada a entrega do novo substitutivo, apelidado de "Cabral II", os próximos dias 21 e 22, respectivamente segunda e terça-feira, serão reservados para os pedidos de destaques para votação de matérias em separado, a serem encaminhados à secretaria da Sistematização, na sala dos Destaques, das 9 às 17h00, devendo os requerimentos serem assinados por parlamentares integrantes da Sistematização. Na quarta-feira está confirmado apenas que a secretaria da Comissão efetuará a organização dos destaques.

O início do processo de votação do substitutivo na Sistematização está marcado para o dia 24, quinta-feira, com previsão de término no dia 8 de outubro. Dois constituintes a favor e dois contra, membros da Sistematização, poderão encaminhar a votação dos destaques, sendo concedidos 5 minutos a cada um deles, tendo preferência o autor do destaque, mesmo este não sendo membro da Comissão.

Sindicalistas admitem erro de estratégia

O movimento sindical se omitiu, se distraiu e se equivocou com relação à Constituinte. Essa foi a conclusão a que chegaram os presidentes da Central Única dos Trabalhadores — CUT e da Central Geral dos Trabalhadores — CGT. Tanto Jair Meneghelli como Joaquim dos Santos Andrade concordaram que essa situação se deve, principalmente, à falta de visão política do movimento sindical e de suas lideranças. Ou seja, a culpa é de uma ala do movimento sindical, que acredita que os sindicatos, federações e centrais sindicais devem lutar apenas pela melhoria salarial dos trabalhadores.

Apesar dessa autocritica das duas centrais sindicais, os líderes ainda acreditam que é possível uma mobilização dos trabalhadores para pressionarem diretamente os trabalhos da Constituinte e tentar garantir as principais reivindicações: jornada de trabalho de 40 horas, estabilidade no emprego, irreduzibilidade dos salários, aposentadoria por tempo de serviço sem limite de idade, e outras reivindicações apresentadas ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral.

Figueiredo: "Carta não evita golpe"

Porto Alegre — "Não vai depender do que estiver escrito na Carta, mas no coração de cada brasileiro. Se as Forças Armadas tiverem que intervir, vão intervir, a despeito do que esteja ou não escrito na Constituição. Então, vão dizer que serão contra a Constituição, muda-se a Constituição". A declaração foi feita pelo ex-presidente João Figueiredo, em entrevista à imprensa, logo após desembarcar no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, ontem à tarde, quando comentou a polêmica sobre o papel constitucional das Forças Armadas em análise pela Constituinte. Figueiredo criticou a proposição de permitir a intervenção das Forças Armadas, se solicitada apenas por um poder da República, por entender que isto "pode dar alguma confusão".

O general elogiou a alteração proposta no texto a respeito do poder constitucional das Forças Armadas, que garante, a partir de agora, a defesa da Pátria contra a agressão externa, "com os poderes constitucionais e não com os poderes constituídos, como estava antes", bem como a manutenção da lei e da ordem. Já em relação à anistia aos militares, considerado por Figueiredo um dos temas mais difíceis de ser resolvido pela Constituinte, entende que deve haver o ressarcimento pelos prejuízos sofridos. Mas, ao mesmo tempo, "as Forças Armadas não podem ter o prejuízo de aceitar gente sem condições de assumir os cargos".

Entrevista de Covas poderá ser 2ª feira

São Paulo — O senador Mário Covas está praticamente recuperado da cirurgia de revascularização do miocárdio a que se submeteu sábado, no Instituto do Coração. Os assessores parlamentares do líder do PMDB na Constituinte acreditam que já na segunda-feira o senador será liberado para conceder entrevista à imprensa.

Durante o dia de ontem, Covas realizou exames de raio-X do tórax, ecocardiograma, eletrocardiograma e avaliação laboratorial. De acordo com o boletim médico, os resultados comprovaram que a evolução pós-operatória do senador prossegue «dentro dos limites normais».

O senador preenche o resto do tempo assistindo TV e lendo livros e jornais. Um assessor de Covas contou que ele chegou a disputar uma partida de xadrez com um médico assistente do Incor. As visitas ao quarto de Covas, na unidade coronária do 8º andar do prédio do Incor, continuam proibidas.